

## **Estados intensificam atuação para ampliar mão de obra**

*Fernanda Bompan*

Estudo inédito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que os 26 estados têm políticas consolidadas de inclusão produtiva - que se destinam à aquisição de habilidades e conhecimentos necessários para inserção no mercado de trabalho. Esses entes da federação declararam desenvolver ações, programas ou projetos nessa área.

Só em Santa Catarina, estado governado por Raimundo Colombo e no Rio Grande do Norte, administrado por Rosalba Ciarlini, a execução dessas políticas estava a cargo exclusivamente do órgão estadual gestor da política de trabalho e renda. Nos demais, a execução era realizada em conjunto com outros setores da administração pública estadual.

De acordo com a pesquisa nomeada Estadíc 2010, o governo federal e o Sistema Nacional de Aprendizagem (Sistema S) são relacionados pelo maior número de governos estaduais (25) como parceiros na execução de ações de inclusão produtiva. As organizações não-governamentais foram citadas como parceiras por 18 administrações estaduais, enquanto 16 mencionaram desenvolver parcerias com governos municipais para executar iniciativas de inclusão produtiva. O IBGE também destacou o número de governos estaduais que mencionaram parceria com instituições financeiras e universidades: 18 e 17, respectivamente. Instituições relacionadas a pessoas com deficiência foram citadas por 14 governos.

"O conjunto de políticas de inclusão produtiva promove tanto o acesso ao mundo do trabalho, no marco da formalidade, quanto o apoio à sustentabilidade desse acesso por meio de ações que conduzam à melhora das condições de trabalho e à elevação da renda auferida", aponta o IBGE.

O professor da ESPM Adriano Gomes explica que ações que envolvem parceiros, de ONGs ao setor privado, deixam a execução dos trabalhos mais transparentes e eficientes. "Existe uma grande lacuna entre o poder público e a unidade produtiva. Criar formas para aproximar essa relação é o melhor caminho", entende o especialista.

Dos 21 estados que declararam ter ações de inclusão produtiva relacionada à educação formal, 19 afirmaram desenvolver projetos de educação para jovens e adultos. A educação técnica e tecnológica em escolas estaduais era ofertada em 13 estados; e 18 teriam ações de inclusão digital.

Em relação ao público beneficiado por essa atuação, 24 governos declararam direcionar seus programas e ações de inclusão produtiva aos beneficiários do Programa Bolsa Família (exceto Amazonas, São Paulo e Rio Grande do Norte).

Para o professor da ESPM, o problema de beneficiar aqueles que estão em programas sociais é que podem existir pessoas que não estão aptas para o mercado de trabalho. "O indivíduo precisa querer voltar ao mercado. Beneficiar os integrantes do Bolsa Família deve ser um quesito adicional na escolha de quem precisa de orientação", avalia Gomes.

Ainda segundo o estudo, a execução de políticas tendo como referência os empreendimentos foi investigada em termos do desenvolvimento de ações de fomento ao empreendedorismo individual (EI) e ao empreendedorismo coletivo, à assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais e a empreendimentos coletivos, bem como à incubação de empreendimentos. Desse grupo, o fomento ao empreendedorismo coletivo é o mais citado pelos governos estaduais, 22 dos quais declaram executar tais ações, número que supera o total de estados que desenvolvem iniciativas de fomento ao EI.

### **Estadíc 2012**

A gerente da Estadíc, Vânia Pacheco, explicou que essa publicação será anual e que tem como objetivo mostrar a gestão dos estados. "Neste ano, o estudo foi direcionado para políticas públicas, como a partir da coleta de dados sobre recursos humanos das administrações,

conselhos e fundos, políticas de gênero, direitos humanos, segurança alimentar e nutricional e inclusão produtiva", disse ela, ao acrescentar que na próxima publicação outras políticas referentes a 2013 serão analisadas pelo instituto.

O intuito do levantamento de 2012, segundo o IBGE, foi de ampliar o conhecimento sobre o papel das instituições estaduais no contexto da democracia, do "novo" federalismo e da descentralização no País. "O principal retrato de 2012 é que as políticas públicas -como direitos humanos e, principalmente, políticas de assistência social- estão bem estabelecidas nas 27 unidades da Federação", conclui Vânia.

Com relação ao destaque dado pela gerente do Estadic, 18 estados e o Distrito Federal declararam realizar serviços socioassistenciais. Oito estados não ofertavam nenhum tipo de serviço: Tocantins, Rio Grande do Norte, Alagoas, Minas Geral, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Além destes, Rondônia declarou não executar serviços de proteção social especial (de caráter protetivo, destinados às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social), apenas os de proteção social básica (como socialização de famílias).

**Fonte: DCI, São Paulo, 16, 17 e 18 mar. 2013, Primeiro Caderno, p. A3.**

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais.